



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº ____/2025
(Do Sr. Filipe Barros)

Requer o envio de expediente ao Ministro de Estado da Fazenda requerendo informações detalhadas acerca das instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e no artigo 1º, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 105/2001, requiro envio de expediente ao Ministro de Estado da Fazenda requerendo formalmente informações detalhadas e documentos sobre as ações da Secretaria de Prêmios e Apostas e demais órgãos vinculados ao Ministério da Fazenda na fiscalização de instituições financeiras que facilitam operações para casas de apostas ilegais, conforme demonstrado na matéria jornalística do portal Metrôpoles, intitulada 'Instituições financeiras autorizadas pelo BC operam para bets ilegais'¹.

1. FISCALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ENVOLVIDAS

O Ministério da Fazenda tem ciência da atuação das seguintes instituições financeiras mencionadas na matéria, que supostamente operam como intermediadoras de transações para apostas ilegais?

- FitBank (JP Morgan como acionista)
- Voluti
- Microcash
- Creditag
- Sants Bank
- Ecomovi
- Silium
- Treal

Quais dessas instituições já foram notificadas oficialmente pelo Ministério da Fazenda por atuarem no processamento de pagamentos para casas de apostas não regulamentadas?

O Ministério da Fazenda já realizou auditorias ou investigações específicas nessas empresas para verificar a legalidade de suas operações?

2. PORTARIA REGULATÓRIA ANUNCIADA PELO MINISTÉRIO DA FAZENDA

¹ [<https://www.metropoles.com/colunas/tacio-lorran/instituicoes-bets-ilegais>]





A matéria jornalística informa que o Ministério da Fazenda está elaborando uma portaria para regular a atuação das instituições financeiras em transações para apostas online. Qual o status atual dessa portaria?

Existe um prazo oficial para publicação da portaria mencionada?

Quais serão os critérios estabelecidos na portaria para impedir que instituições financeiras operem com bets ilegais?

3. IMPACTO FINANCEIRO DAS BETS ILEGAIS E EVASÃO FISCAL

Qual é a estimativa de evasão fiscal causada pelas bets ilegais no Brasil nos últimos três anos?

O Ministério da Fazenda tem um levantamento sobre o volume de transações financeiras processadas por bancos e fintechs para casas de apostas sem licença federal?

4. INTEGRAÇÃO COM OUTROS ÓRGÃOS REGULADORES

O Ministério da Fazenda possui um fluxo de comunicação estruturado com o Banco Central, Receita Federal e Coaf para rastrear operações suspeitas no setor de apostas ilegais?

Como ocorre a troca de informações entre a Secretaria de Prêmios e Apostas e o Coaf para combater fraudes financeiras e lavagem de dinheiro?

A ausência de resposta ou a negativa infundada poderá ensejar medidas administrativas e judiciais para assegurar o acesso à informação.

JUSTIFICATIVA

Diante da gravidade dos fatos revelados na reportagem e dos impactos financeiros das apostas ilegais, este requerimento busca garantir transparência e controle sobre operações financeiras associadas a esse setor, além de avaliar a efetividade das ações do Ministério da Fazenda.

Aguardo resposta dentro do prazo legal.

Deputado Federal Filipe Barros
PL - Paraná

